

Caculé: Posto Satélite da comunidade do Barreiro passa por reforma para melhorias estruturais

FOTO: DIVULGAÇÃO



Pg 15

Pg. 02

Março Mulher: hormônios e a importância para a saúde feminina

Pg. 03

Brasil tem quase mil mortes por dengue em investigação

Indicações do deputado Waldenor inclui Macaúbas e Poções no plano de expansão dos Institutos Federais

Pg. 06

Expediente

Março Mulher: hormônios e a importância para a saúde feminina



FOTO: DIVULGAÇÃO

UNEX

sistemas@comunique4.com.br

O “Março Mulher” não é apenas uma celebração simbólica, mas um lembrete vital da necessidade contínua de cuidar da saúde feminina, seja ela física, emocional ou mental. A valorização e importância da saúde da mulher vai além das comemorações festivas, é um compromisso diário que deve ser assumido por toda a sociedade.

Atualmente, além da importância da saúde, nós encontramos uma sociedade com diversas queixas sobre violência contra a mulher, seja ela física, patrimonial, financeira, dentre tantas outras. A importância do apoio e direcionamento dessas vítimas é algo fundamental para que elas consigam superar a violência e mudar o cenário. A força de crescimento e superação dessas mulheres é algo nítido em todos os meios.

Ao falar sobre a saúde feminina, não podemos deixar de citar aspectos físicos e pontuar os principais hormônios que são o estrogênio, a progesterona e a testosterona, presentes no corpo da mulher, e responsáveis por todo o desenvolvimento e crescimento ao longo da vida. Segundo o endocrinologista, Dr. Lino Sieiro, os hormônios são muito importantes desde o início da vida de uma mulher até o seu período de menopausa, que se caracteriza pela falta dele.

“Esses hormônios são necessários para o funcionamento do corpo humano. A progesterona é responsável pelo ciclo da fertilidade e todas as suas funções, como a menstruação, ovulação até o processo de gravidez. Juntamente com a progesterona, o estrogênio regula todo o ciclo hormonal da mulher, além de ajudar na distribuição da gordura. Já a testosterona, normalmente conhecida por ser o hormônio masculino, também está presente nas mulheres. No corpo feminino ela é capaz de promover mais energia, disposição e músculos”, comentou Dr. Lino, que é o coordenador dos cursos de Medicina da Unex.

É importante dizer que quando a mulher inicia o seu período fértil, é necessário fortalecer a atenção à saúde sexual e reprodutiva. Também é necessária a educação sexual para que sejam reduzidas as chances de agravos. “A saúde da mulher é responsável pelo bom funcionamento de todo o corpo. Assim como o equilíbrio dos hormônios, a saúde e educação sexual é primordial para todas as mulheres”, informa a ginecologista Adenilda Martins.

Segundo ela, falar sobre o Março Mulher é entender que essa mulher precisa de acompanhamento e atendimento de forma integral para uma saúde perfeita. “A saúde mental e emocional ajuda no bom funcionamento de tudo no corpo de uma mulher. Quando algo desequilibra, termina sempre influenciando em todos os outros pontos”, disse Adenilda, que é professora do curso de Medicina da Unex, em Feira de Santana.

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

@jsudoestebahia

Jornal do Sudoeste

@jornaldosudoeste

Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste - Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda

Cnpj: 36.607.622/0001-20

LM Sudoeste Comunicação Ltda

Cnpj: 11.535.761/0001-64

Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva

Antônio Novais Torres

Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva

(77) 99838-6283

(77) 991196080

editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus

(77) 98816-6680

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997

Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496

esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858

lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva

(77) 99857-7493

socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final

Evandro Maciel Miranda Miguel

(77) 99805-3982

diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Administração - Atendimento ao Cliente

Maíra Bernardes Pinto

(77) 3441-7081

(77) 99804-5635

secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081

(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsApp: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

Brasil tem quase mil mortes por dengue em investigação

FOTO: © SHAMMIKNR/PIXABAY



◆ **POR PAULA LABOISSIÈRE**

agenciabrasil.abc.com.br

Autoridades sanitárias confirmaram 363 mortes por dengue no Brasil em 2024. Há ainda 763 óbitos em investigação e que podem ter sido causados pela doença, totalizando 1.126 mortes confirmadas ou suspeitas até o momento. Os dados – divulgados hoje (11), em Brasília – são do Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde.

Até a última sexta-feira (8), quando os dados foram atualizados, o país contabilizava 1.342.086 casos de dengue e um coeficiente de incidência da doença de 660,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Entre os casos prováveis, 55,5% são de mulheres e 44,5% de homens. A faixa etária dos 30 aos 39 anos segue respondendo pelo maior número de ocorrências de dengue no país, seguida pelo grupo de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos.

Minas Gerais lidera em número absoluto de casos prováveis (464.223) entre os estados. Em seguida, estão São Paulo (238.993), Paraná (128.247) e o Distrito Federal (122.348). Quando se considera o coeficiente de incidência, o Distrito Federal aparece em primeiro lugar, com 4.343 casos por 100 mil habitantes, seguido por Minas Gerais (2.260), Espírito Santo (1.270) e Paraná (1.120).

Emergência

A explosão de casos de dengue fez com que pelo menos oito unidades da federação decretassem emergência em saúde pública: Acre, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

A medida facilita acesso a recursos federais e agiliza processos voltados ao combate da doença.

Governo do Estado formaliza adesão da Bahia ao programa Pé-de-Meia

Programa do Governo Federal incentiva permanência e conclusão escolar de alunos do ensino médio público do estado.

FOTOS: MATEUS PEREIRAGOVBA



COMUNICAÇÃO GOVERNO DA BAHIA

comunicacao-governodabahia@secom.ba.gov.br

Débora Farias, de 16 anos, é a primeira estudante da rede pública de ensino da Bahia a receber o Cartão Poupança do programa Pé-de-Meia. Iniciativa do Governo Federal, o programa é um incentivo financeiro-educacional, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes do ensino médio público e teve a adesão do Governo da Bahia formalizada nesta segunda-feira (11), durante solenidade na Arena Fonte Nova, em Salvador. “Eu senti uma imensa alegria em poder participar desse momento, porque essa é uma política pública que vai ajudar muitas famílias”, disse a estudante.

O governador Jerônimo Rodrigues, ao lado do vice-governador, Geraldo Júnior, assinou o Termo de Parceria do Programa, na presença dos ministros da Educação, Camilo Santana, e da Casa Civil, Rui Costa e da secretária da Educação do Estado da Bahia, Adélia Pinheiro. Jerônimo Rodrigues ressaltou a importância do programa como um meio de reforçar a presença dos estudantes na escola, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

“O estudante que é contemplado desde o primeiro ano pode chegar ao final do último ano com R\$9 mil na conta. Com esse investimento estamos quebrando a lógica, saindo do ambiente da escola e dizendo para o aluno: nós vamos dar conta de concurso, de equipamentos, de laboratórios e garantir escola em tempo integral e você pode sonhar, porque vamos te ajudar a garantir teu sonho”, declarou Jerônimo, destacando que cerca de R\$1 bilhão serão destinados aos municípios baianos, para aplicação no Pé-de-Meia.

A Bahia conta com um investimento estimado em R\$ 820 milhões do programa, que pode ser acessado por estudantes de 14 a 24 anos, que sejam integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para participar do programa, os estudantes não precisam fazer cadastro, basta terem inscrição no CPF e matrícula regular em série do Ensino Médio, na rede pública de ensino. A primeira parcela do Pé-de-Meia deve ser paga a partir de 26 de mar-

ço, com o depósito de incentivo mensal no valor de R\$ 200, que pode ser sacado em qualquer momento.

Os valores de incentivo do Pé-de-Meia podem chegar a R\$ 9,2 mil, por ano para cada aluno. São R\$200 disponíveis a partir da matrícula do aluno, além das dez parcelas mensais, somadas ao adicional de participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de R\$200, e ao depósito de R\$1 mil, ao final de cada ano concluído, com saque desta parcela condicionado à conclusão do ensino médio pelo aluno. Excepcionalmente, em 2024, serão pagas oito parcelas. "Vamos pagar por meio de calendário de acordo com o mês de nascimento. Quem nasceu em janeiro e fevereiro, recebe dia 26. Quem nasceu em março, abril, recebe dia 27, até a gente completar. Vamos ter seis dias pra garantir o pagamento", explicou o ministro da Educação, Camilo Santana.

Débora recebeu o seu cartão poupança do Pé-de-Meia, representando os mais de 200 mil estudantes baianos aptos a acessar o benefício. "Eu já pensei em abandonar a escola por causa de muitos problemas financeiro, por isso, o programa Pé-de-Meia vai ajudar muito na nossa renda, para conseguir uma alimentação melhor e continuar estudando", completou a estudante.

A parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal se dá por meio da sensibilização das redes públicas estaduais de ensino médio, responsáveis por prestar as informações necessárias à execução da política. A Bahia já compartilhou as informações sobre os estudantes com o Ministério da Educação (MEC), permitindo sua adesão ao programa, no entanto, a estimativa do investimento considera o Censo Escolar 2022. O número definitivo de estudantes baianos contemplados será atualizado após apuração das matrículas de 2023 e atualização da base do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do governo federal.

O Ministro da Casa Civil, Rui Costa, pontua a importância do programa para diminuir a desigualdade social e estimular o ingresso de estudantes no ensino superior. "O presidente Lula tomou a decisão de investir naqueles que mais precisam, aliás, o programa também se baseou na experiência da Bahia, que já tem uma iniciativa dessa natureza, porque muitas vezes não é opção que o jovem faz de ficar ou não na escola. Às vezes é por necessidade financeira. Portanto, o Pé-de-Meia chega com esse propósito, além de estimular eles a fazerem a prova do Enem", enfatizou o ministro Rui Costa, dizendo ainda que no último ano, metade dos alunos concluintes de 2023 não fizeram a prova.

Programas de incentivo do Governo do Estado

Além da adesão ao Pé-de-Meia, o Governo da Bahia mantém outros programas de destaque na área da educação. O Bolsa Presença, por exemplo, recebeu um investimento de R\$635,9 milhões em 2024, com o objetivo de atender cerca de 415 mil estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

"É importante destacar que o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, tem investido fortemente em políticas, ações e projetos que se voltam para ampliar o acesso, garantir a permanência do estudante com aprendizagem e sucesso, êxito ao final, concluindo, portanto, o estudante, a sua formação na educação básica", ressaltou a secretária Adélia Pinheiro.

O Programa Universidade para Todos (UPT) oferecerá mais de 19 mil vagas em 2024, distribuídas em 215 municípios da Bahia. Comprometido em promover uma educação de qualidade e garantir o acesso dos jovens baianos ao ensino superior, o Governo do Estado conta com uma rede educacional com mais de 700 mil estudantes matriculados em todo estado, incluindo ensino médio, EJA e educação profissional. São 1.042 colégios estaduais e 666 anexos, mantidos por 52 mil professores concursados e servidores da educação.

Outro programa relevante mantido pela Secretária de Educação do Estado da Bahia (SEC) é o Mais Estudo, que teve seu orçamento ampliado em 2023 para R\$54,6 milhões, oferecendo 52 mil vagas de monitoria estudantil em todas as escolas estaduais.



Indicações do deputado Waldenor inclui Macaúbas e Poções no plano de expansão dos Institutos Federais

JOANA DARCK

joana.darcksantos@gmail.com

FOTO: DIVULGAÇÃO

Por indicações do deputado federal Waldenor Pereira (PT), Macaúbas e Poções estão entre os oito municípios baianos contemplados para receber unidades do Instituto Federal da Bahia - IFBA, dentro do projeto de ampliação da rede ensino técnico e superior com mais 100 novos campus que o presidente Lula anunciará na próxima terça-feira, às 10 horas, no Palácio do Planalto. Os demais municípios baianos a serem contemplados são: Salvador, Remanso, Itabuna, Ruy Barbosa, Santo Estevão e Ribeira do Pombal.

Além das indicações de números 1274 e 1275, que são instrumentos parlamentares oficiais, e que foram apresentadas ao MEC-Gov. Federal, no ano passado, Waldenor Pereira fez várias gestões em parceria com o deputado estadual Zé Raimundo (PT) para viabilizar o antigo sonho das popula-

ções dos municípios de Macaúbas e Poções. Lembra, inclusive, que essa é uma luta histórica que quase teve êxito ainda no Governo Dilma Roussef, quando chegou a ser realizada audiência no Ministério da Educação (MEC), com a participação dos dois deputados e dos vice-prefeitos, à época João Bonfim (Poções) e Gilbertinho (Macaúbas).

"Estivemos perto de conseguir a implantação das unidades do IFBA nestes municípios, mas infelizmente o processo foi postergado com o golpe contra a presidenta Dilma. Agora, com a volta do presidente Lula, finalmente vamos realizar esse sonho", antecipa Waldenor Pereira. Zé Raimundo, que esteve recentemente nos dois municípios e recebeu novos apelos de lideranças locais, também está comemorando: "Tivemos audiências públicas locais, reuniões com lideranças e fomos ao MEC, travamos uma luta em torno desse pleito para ampliar as oportunidades de ensino para os nossos jovens. Portanto, essa decisão do presidente Lula é mais uma grande conquista".

Macaúbas localiza-se no território de Identidade da Bacia do Paramirim, a 695 km de Salvador, e possui uma população 41.631 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE. Poções, por sua vez, está situado no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, possuindo uma população de 48.197 habitantes.



Marlito Lacerda

CONTABILIDADE.

Rua CEL. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
EDF. João A. Lacerda - Centro - CEP - 46100 - 000
Email: marlito@marlitocontabilidade.com.br
Instagram - @contabilidademarlitolacerda

www.marlitocontabilidade.com.br

Brumado - Bahia
Setor Contábil - (77) 998444654
Setor Fiscal - (77) 998436634
Setor Pessoal - (77) 999251133



POR JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

*Doutor em Direito pela PUCSP
Advogado empresarial em São Paulo*

DE QUE ESTADO ESTAMOS FALANDO?

Quando leio os comentários e opiniões acerca da divulgação do déficit público pelo governo federal, tenho aquela sensação de que falta algo e não é pela qualidade das opiniões (de parte delas, pelo menos), mas sim pelo enfoque que essas análises dão a esse fato: Todas as opiniões, balizadas em números e projeções de crescimento econômico, tentam extrair desses mesmos números sínteses avaliativas sobre o sucesso ou fracasso do governo federal (tanto o atual, como o anterior). Porém o que me faz sentir a lacuna mencionada tem a ver, acredito, com a mudança paulatina de perspectiva que a esfera pública tem sobre o papel que o Estado Brasileiro deve ter na economia. Disso, é possível se extrair dois questionamentos: (1) Com relação à economia, o Estado serve para quê? E, atualmente, mais importante: (2) Nós queremos que o Estado continue servindo para isso?

Vamos tentar entender a primeira: Não sei se por vício profissional, toda vez que surgem questões dessa natureza, tento consultar a Constituição Federal para saber se, lá, há algo escrito a respeito e, nesse caso, há. Em relação à economia, a Constituição apresenta o Estado Brasileiro dentro de um modelo keynesiano, o que quer dizer que o Estado possui uma função distinta dos demais agentes econômicos. Trocando em miúdos, enquanto todos nós, pessoas e empresas, buscamos obter, através das relações econômicas, ganhos monetários por intermédio dos fatores de produção que detemos (capital, terra e trabalho, basicamente), o Estado se preocupa em manter o mercado saudável e funcional, com políticas de ajustes em pontos que o livre mercado efetivamente não consegue agir. Esses temas são variados e podem ser desde questões de redução de desigualdade social, até questões de combate a monopólios, cartéis econômicos, manutenção de livre iniciativa, etc.

As opiniões de especialistas também variam sobre o sucesso e os benefícios desse modelo e por volta do fim do século XX, esse debate, que ainda existe no âmbito científico, se politiza, resultando em uma apropriação ideológica, com todas as consequências de rotulação, intolerância e conclusões precipitadas que esse tipo de apropriação gera. Os mais liberais, ditos de direita, criticam essa abordagem econômica do Estado, dizendo que isso atrapalha a economia (mesmo que historicamente tenha salvado o capitalismo algumas vezes). Além disso, atribuem, muito equivocadamente, à preocupação com a redução das desigualdades sociais um traço “socialista” ou “comunista” a depender do fervor e do nível de ignorância de quem fala. Já aqueles mais progressistas (mas ainda capitalistas, frise-se) acreditam que o progresso e crescimento econômico só é possível se alguns alicerces sociais estiverem satisfeitos. Esses, considerados de “esquerda”, estão, quer se aceite ou não, mais alinhados com a perspectiva capitalista prevista na Constituição. Dessa forma, quando se enxerga o papel do Estado nessas lentes, não há nada de estranho em se gastar, pois o gasto se refere a um projeto de Nação (previsto no artigo 3º da Constituição Federal), em que o Estado arrecada e redistribui a partir das demandas próprias para a construção de um Brasil mais próspero e menos desigual. Se todos estivessem de acordo com essa perspectiva, os textos sobre o déficit público deveriam estar muito mais preocupados com o que, e com qual qualidade esses gastos foram realizados e, daí sim, teríamos opiniões relevantes e construtivas acerca desse tópico.

Contudo, o que se vê, em alguns casos, é uma crítica, ainda incipiente e rasa, sobre essa atuação estatal. Críticas que relacionam quase que como sinônimos “gastos” e “privilégios” e, embora sem argumentações robustas, são relevantes por nos levar à segunda pergunta, pois mostram um certo descontentamento com o modelo vigente: Ainda queremos ser um Estado keynesiano? Essas reclamações são oriundas do povo brasileiro ou atribuídas ao povo de maneira retórica, mascarando interesses particulares?

Dentro desse contexto, então, temos duas formas de enxergar o déficit público de mais de 230 bilhões de reais: Ou como uma questão transitória que será minimizada a partir de maior e mais efetiva fiscalização com os gastos públicos, bem como pela redução de demandas específicas causadas por políticas públicas duvidosas, como bloqueio de precatório por lei, ou ainda, por antecipação de pagamentos desses mesmo precatórios, e, nesse caso, a vida segue; ou partimos do pressuposto de que o Estado é um estorvo à Economia e que o dinheiro destinado ao seu “sustento” deve se restringir a uma quota específica e o resto deve ser drasticamente cortado. Nesse caso, precisamos parar e rediscutir, desde o tamanho do Estado, aos benefícios pagos a servidores e políticos, incluindo o salário e a quantidade de verbas e emendas parlamentares pagas, o que abrange necessariamente aqueles dos que defendem o Estado Mínimo. Os dois, ao mesmo tempo, não dá.

[1] Vale lembrar que esse modelo econômico ganha força em razão da Crise de 1929 e ganhou modelos variados em diversos Estados contemporâneos, incluindo os EUA.



POR HELENA TRENTINI

é advogada. Doutora em Direito pelo Departamento de Direito Financeiro, Econômico e Tributário da Faculdade de Direito da USP.



POR FABIANA RIBEIRO BASTO

é advogada. Mestranda em Direito pelo Departamento de Direito Financeiro, Econômico e Tributário da Faculdade de Direito da USP.

ORÇAMENTO PÚBLICO E DIREITOS DA MULHER: GASTO PARA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

O orçamento público é o principal instrumento de realização de políticas públicas sociais, e não há surpresa nisso. Todos os direitos e garantias previstos pela Constituição pressupõem uma atuação pelo Estado, seja ela positiva ou negativa, e, com isso, um custo econômico indissociável, que constitui gasto público e será suportado pelas finanças do Estado.

As políticas públicas de distribuição direta de renda, embora satisfaçam necessidades imediatas no curto prazo, mostram-se pouco eficazes, no médio e longo prazo, para a redução da desigualdade. Ademais, a existência de recursos orçamentários, per se, não implica a satisfação das necessidades sociais, na busca pelo bem público.

Orçamentos públicos não são neutros à questão de gênero (notgenderfree)

Homens e mulheres são distintamente atingidos pela norma orçamentária.

Com a Conferência Mundial da Mulher de Nairobi, em 1985, introduziu-se o conceito de transversalidade de gênero (gender mainstre aming), o qual, desde 1995, é adotado como uma das estratégias para políticas da Organização das Nações Unidas(ONU) para promoção de igualdade de gênero.

https://ads.stickyadstv.com/user-matching?id=2545&_fw_gdpr=0&_fw_gdpr_consent=

De acordo com o Conselho da Europa, a transversalidade de gênero compreende “a (re) organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos políticos, para que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada em todas as políticas em todos os níveis e em todas as etapas, pelos atores normalmente envolvidos na formulação de políticas” 1.

Ainda, segundo o Instituto Europeu para Igualdade de Gênero (European Institute for Gender Equality — Eige) 2, a transversalidade de gênero implica na adoção de uma perspectiva de gênero na preparação, estruturação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, leis regulatórias e gasto público, com viés para a promoção de igualdade entre homens e mulheres, no combate à discriminação.

Não é nova a noção de orçamentos sensíveis a gênero. Diversos países, há décadas, já adotam em seus sistemas jurídicos alguma forma de avaliação e controle do gasto público sob o prisma da questão de gênero. Na América Latina, segundo estudo do FMI, merecem destaque as medidas implementadas pelo México, Equador, El Salvador e Bolívia, em seus respectivos ordenamentos jurídicos. 3

No Brasil

No Brasil, a iniciativa veio, em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, no ano seguinte, com a edição do 1º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Nos anos de 2021 e 2022, foram publicados os relatórios “A Mulher no Orçamento”, cujo objetivo é “identificar o conjunto de despesas fixadas que contribui para reduzir o hiato entre os dois grupos demográficos”. 4

Desde a Lei nº 10.933/2004, que aprovou o Plano Plurianual 2004-2007, o qual elencou a promoção da “redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades” como um dos desafios para a orientação estratégia de governo, os Planos Plurianuais subsequentes também estabeleceram previsões nesse sentido.

A simples previsão normativa, na Lei Orçamentária, de propósitos voltados ao combate da desigualdade de gênero ou mesmo a reserva orçamentária para políticas desse tipo, todavia, estão longe de assegurar que, primeiro, essas sejam executadas e, segundo, surtam os pretendidos efeitos positivos e eficazes para as mulheres. Nessa conjuntura, um dos grandes obstáculos à efetividade das políticas de gênero repousa na falta de transparência fiscal e na ausência de mecanismos de controle do gasto público.

Com o objetivo de endereçar o problema, a Lei nº 14.802/2024, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, no seu artigo 4º, incluiu as “mulheres” nos temas denominados “agendas transversais do PPA 2024-2027”.

Ademais, no § 2º, do referido artigo 4º, estabeleceu-se que “as metas de indicadores serão desagregadas por gênero e raça/etnia para os objetivos estratégicos e específicos com público-alvo definido, sempre que possível.” e, no § 6º, do artigo 17, estabeleceu que o relatório de avaliação de políticas públicas, deverão enfatizar os impactos de gênero e raça/etnia, quando possível”.

Ainda é cedo para avaliarmos os resultados destas importantes mudanças, mas as vemos com esperanças de melhores indicadores que permitam endereçar este importante obstáculo à efetividade das políticas de gênero.

É também oportuna a menção ao grande e comemorado progresso no tema obtido por meio da publicação da Lei nº 14.214/2021, que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual.

O citado programa, nos termos do artigo 2º da Lei nº 14.214/2021, visa combater a precariedade menstrual, bem como oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual. Consoante roga o mesmo dispositivo, a pobreza menstrual é entendida como “falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina, ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição” 5.

Orçamentos sensíveis a gênero visam aumentar a participação das mulheres na tomada de decisões financeiras e na elaboração e execução da norma orçamentária, bem como fortalecer a responsabilidade do Estado com relação aos compromissos assumidos de fomento à igualdade de gênero. 6

Não se trata de um orçamento segregado para mulheres, mas de um enfoque interpretativo para a análise da contribuição do orçamento público com relação à alocação do gasto público para aperfeiçoamento de políticas sociais de igualdade de gênero.

Estudos

Há estudos econômicos que evidenciam que quanto maior a igualdade de gênero, maior tende a ser o proveito econômico. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), em estudo de 2018 intitulado “Economic gains from gender inclusion: new mechanisms, new evidence”, revelam que os óbices impostos ao acesso da mulher ao mercado de trabalho, decorrente da desigualdade de gênero, por conta de fatores sociais, culturais, distorções do ordenamento jurídico e do sistema tributário — vide a tributação regressiva do Imposto de Renda, no Brasil, que afeta de modo mais severo as mulheres — acarretam um custo econômico significativo.

Por outro lado, a eliminação de tais óbices conduz a benefícios ao bem-estar e ao crescimento maiores do que os estimados, já que mulheres e homens se complementam no processo de produção, gerando um benefício adicional em termos de crescimento, decorrente do aumento do emprego das mulheres, como observado pelos economistas Ostry, Alvarez, Espinoza e Papageorgiou. 7

De acordo com o estudo em referência, a diversidade de gênero e a realocação setorial seriam os dois principais fatores do crescimento econômico impulsionado pela redução da desigualdade de gênero.

A alocação eficiente do gasto público, sob a perspectiva de gênero, diante disso, deve não apenas destinar recursos financeiros para as áreas em que já há maior concentração feminina, mas também realocar recursos para a pulverização da presença da mulher nos setores nos quais a presença feminina ainda é insipiente.

O gasto público deve ser estruturado com vistas ao alcance da equidade de gênero. Tudo isso deve ser tomado em conta, na formulação de políticas públicas, para que se possa falar em um orçamento sensível a gênero.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.





POR JOSÉ MARIA ALVES CAÍRES

DOMBASIENSE RADICADO EM VITÓRIA DA CONQUISTA, EX-PREFEITO DE DOM BASÍLIO, EX-GERENTE DO EXTINTO BANCO DO ESTADO DA BAHIA (BANE), EMPRESÁRIO, ATIVISTA SOCIAL, CRIADOR E PRESIDENTE DOS MOVIMENTOS CONQUISTA PODE VOAR MAIS ALTO E DUPLICA SUDOESTE

DUPLICAÇÃO? QUANDO SERÁ? OU NÃO TEM QUANDO?

É livre a manifestação do pensamento. Difícil de aceitar, no entanto, é que diante da crise da maior gravidade que atinge a gestão do trecho baiano da BR 116 pela VIABAHIA, alguns agentes públicos que se comprometeram a ajudar a viabilizar uma solução, tentem permanecer no anonimato.

Após a linha do tempo que descreverei a seguir, darei a minha opinião:

1- Em novembro de 2019, na sede da OAB, nos reunimos com a ANTT e a VIABAHIA, com o intuito de encontrar uma solução para o impasse. O encontro, todavia, acabou não trazendo nem um avanço positivo.

2- Em março de 2020 estivemos em Brasília, onde fomos recebidos pelo então ministro Tarcísio de Freitas, na esperança de evoluir na tratativa de um acordo. O nosso desejo, naquele momento, era formalizar a caducidade do contrato e retirar a VIABAHIA da gestão da BR-116, respaldados pelos inúmeros abusos e descumprimentos contratuais. Também não obtivemos sucesso nessa iniciativa.;

3- Tivemos, logo na sequência, quase dois anos de pandemia, mas nem por isso a VIABAHIA deixou de ter os seus ganhos garantidos, Já a nossa tentativa de conseguir o rompimento do contrato, não evoluiu em nada nesse período;

4- Em 17 de março de 2023, tivemos uma reunião com o Diretor Presidente da VIABAHIA, com o objetivo de alinhar parâmetros para revisão quinquenal. Mesmo não tendo vislumbrado alternativas efetivas durante essa conversa, dali pra frente teve início uma sequência de reuniões e de audiências públicas;

5- No dia 18 de abril 2023, durante uma audiência pública provocada pelo Deputado Jorge Solla, ficou acordada a criação de um Grupo de Trabalho para estudar a solução para o impasse. O grupo foi criado através da Portaria 371/23 de 28 de abril de 2023 do Ministério dos Transportes;

6- No dia 12 de junho de 2023, através do Deputado Waldenor Pereira, uma comissão do DUPLICA SUDOESTE teve audiência com o Ministro Chefe da Casa Civil Rui Costa. Naquela oportunidade, ficou evidente o reconhecimento do governo de que o acordo e a revisão do contrato deveriam ser prioridades ainda para aquele ano.

7- A mais importante reunião, no entanto, aconteceu em 29/08/23, com a participação de vários parlamentares baianos. Lá foram apresentados os pontos levantados pelo grupo de trabalho criado pela portaria 371/23, que dariam guarida à tão esperada revisão quinquenal. Entre os itens destacados estavam: remodelar trechos do contrato anterior, tais como a cláusula de prorrogação da concessão; permissão para construir faixas adicionais nos trechos mais críticos, inclusão e/ou exclusão de outros itens previstos no contrato original, e até a possibilidade de reajuste do pedágio.

Uma vez firmado esse acordo entre a VIABAHIA e ANTT (o que de fato foi feito), o mesmo seria submetido ao crivo do TCU, através da Secretaria de Soluções Consensuais, para emissão de um parecer.

Em 28 de novembro do ano passado, essa repactuação acordada entre as partes, foi finalmente encaminhada ao Tribunal.

Nessa audiência, cujo link está no site da agencia reguladora, há um trecho da fala do Diretor da ANTT, esclarecendo que o prazo máximo para análise do acordo seria de 90 dias, prazo esse que já acabou no final de fevereiro próximo passado.

Existe ainda uma declaração do Diretor da ANTT, onde ele afirma que após a emissão desse parecer do Tribunal, seriam convocadas audiências públicas. Caso aconteçam, é desejo nosso que essas audiências sejam realizadas em nossa Vitória da Conquista.

FINALMENTE

Por outro lado, como o prazo de 90 dias foi exaurido e não temos ainda conhecimento do veredito da corte, concluímos que existem dificuldades de homologação do acordo por parte do tribunal. Como o TCU é o guardião do patrimônio brasileiro, somos levados a crer que algumas das cláusulas existentes nesse acordo, talvez estejam em conflito com a preservação do erário público.

O QUE PENSO?

Havendo inconformidade no acordo, como tudo leva a crer que há, pois desde fevereiro já deveria ter sido homologado, só nos resta a conclusão de que a DUPLICAÇÃO, infelizmente, não tem previsão de começar.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920



Com apoio da Prefeitura, Vitória da Conquista promoverá etapa da Copa Brasil de Motocross nos dias 13 e 14 de abril

PMVC

www.pmvc.ba.gov.br

O Governo Municipal começou tratativas com a Associação Conquistense de Motociclismo para a realização da primeira etapa da Copa Brasil de Motocross – evento que envolve 250 pilotos dos estados da Bahia e Minas – nos dias 13 e 14 de abril. A Prefeitura de Vitória da Conquista apoiará a competição que deve atrair um público de aproximadamente quatro mil pessoas.

FOTO: DIVULGAÇÃO



A prefeita Sheila Lemos recebeu representantes da Associação Conquistense de Motociclismo e o vereador Edivaldo Ferreira Júnior, que intermediou o encontro. Acompanhada do coordenador municipal de Cultura, Alexandre Melquisedeque, a gestora falou das possibilidades da Administração Municipal e elogiou o projeto: “É uma competição que traz motociclistas de várias cidades da Bahia e do Norte e Minas Gerais e que conseqüentemente trará um público específico que gosta de esporte mais radical. E nós, sempre que possível, apoiamos com infraestrutura e serviços esse tipo de evento”, disse Sheila.

Lázaro Gomes, presidente da Associação de Motociclistas Conquistense, comentou que o apoio da Prefeitura é importante. “Sem a Prefeitura, a gente não tem como idealizar o projeto devido ao aval e por ser um evento desse que vai trazer público para a cidade”. Sobre a reunião, ele declarou: “Hoje nós saímos com imensa satisfação. A prefeita comprou a nossa ideia e vai nos apoiar no evento”. Vinte pilotos conquistense vão estar participando da Copa Brasil.

“Fomos muito bem atendidos pela nossa prefeita Sheila Lemos que se comprometeu a dar o apoio em relação à infraestrutura do evento, que já não acontece há muito tempo. Então, com a ajuda da prefeita Sheila Lemos, nós vamos conseguir realizar essa etapa em Vitória da Conquista”, declarou o vereador Edivaldo Júnior que ainda ressaltou a geração de renda para o município através da hotelaria e dos restaurantes.

O evento será realizado no CT Cross Park, localizado no loteamento Vila Verde, após o bairro Lagoa das Flores.



Sheila Lemos, Edivaldo Júnior e Lázaro Gomes



Ações sociais e entrega de equipamento beneficiam moradores da Comunidade Quilombola de Brejo do Atanásio, na zona rural de Riacho de Santana

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

Os cerca de 500 moradores da Comunidade Quilombola de Brejo do Atanásio, na região da Serra de Riacho de Santana, foram beneficiados com ações sociais e a entrega de uma Máquina Forrageira. A iniciativa da Associação Quilombola de Mata do Sapé, realizada na localidade de Brejo de Atanásio, incluiu uma série de atividades recreativas – jogos de futebol masculino e feminino – e uma feijoada.

Tendo a frente o presidente da Associação Quilombola de Mata do Sapé, Evangevaldo Ferreira dos Santos (Vange da Serra), a iniciativa culminou com a entrega, por parte do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), atendendo a uma antiga demanda dos moradores da Comunidade de Brejo do Atanásio e região circunvizinha, que serão beneficiados de uma Máquina Forrageira.

Foto (maquina forrageira): Durante evento na localidade de Brejo de Atanásio, o Governo do Estado fez a entrega de uma Máquina Forrageira para a Associação Quilombola de Mata do Sapé.

O Governo do Estado foi representado no ato de entrega da Máquina Forrageira por uma comitiva de membros do Partido dos Trabalhadores de Riacho de Santana. Na oportunidade, os representantes do Partido dos Trabalhadores reforçaram o compromisso do Governo do Estado de viabilizar investimentos para atender às demandas da comunidade e fomentar as atividades da agricultura familiar.

O presidente da Associação Quilombola de Mata do Sapé, Evangevaldo Ferreira dos Santos (Vange da Serra), agradeceu ao governador Jerônimo Rodrigues (PT) pelo atendimento à solicitação e disponibilização do equipamento, que ressaltou vai desempenhar um papel crucial na melhoria da eficiência e produtividade das atividades agrícolas da microrregião.



FOTO: DIVULGAÇÃO

**APURAR. CHECAR.
RECHECAR. INFORMAR.**

Notícias falsas podem trazer muitos prejuízos para quem lê e compartilha. Desconfie de notícias apelativas, com informações espetaculosas ou que fogem do comum.

Na era da desinformação, o antídoto é uma imprensa comprometida com a verdade!

Caculé: Posto Satélite da comunidade do Barreiro passa por reforma para melhorias estruturais

FOTO: DIVULGAÇÃO



JOSIVAN VIEIRA - ASCOM

governodecacule.ba.gov.br

A comunidade do Barreiro, em Caculé (BA), está prestes a receber melhorias significativas em sua infraestrutura de saúde. O Posto Satélite local está passando por um processo de reforma, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras do município, com o objetivo de aprimorar suas instalações e proporcionar um atendimento de qualidade aos moradores.

As obras de revitalização, que estão em andamento, têm como principal foco a melhoria da estrutura física do posto de saúde. De acordo com as informações fornecidas pela Secretaria de Obras, estão sendo realizados reparos em telhados, paredes, construção de um banheiro, bem como a pintura interna e externa do prédio, visando garantir um ambiente confortável e adequado para pacientes e profissionais de saúde.

Com a reforma do Posto Satélite do Barreiro, a Prefeitura reafirma seu compromisso com a saúde e o bem-estar da população, investindo em infraestrutura de qualidade para garantir o acesso universal aos serviços de saúde e promover uma melhor qualidade de vida para todos os munícipes.

Empresário com experiência de 32 anos de rádio assume os destinos da 96 FM Guanambi

FOTO: DIVULGAÇÃO



◆ ASCOM 96 FM

Gean Pereira Oliveira, um visionário com 32 anos de experiência no mundo do rádio, assume o comando da lendária Rádio Guanambi FM (96 FM), a primeira emissora FM da cidade, inaugurada em 10 de outubro de 1986.

Filho de Agenor Pereira Costa (Sr. Teteza) e Carmita de Oliveira Pereira (D.Zizi - In memoriam), Gean traz consigo um legado repleto de paixão pela comunicação. Seu caminho na 96 FM começou em 1989, encantando os ouvintes no programa Brasil Sertão.

Gean não é apenas uma figura reconhecida no rádio; ele é um empresário talentoso. Além de atuar na rede hoteleira, ele lidera a Gshow Produtora há 17 anos, onde se destaca como agente artístico, representando talentos locais, estaduais e nacionais. Graduado em Administração de Empresas, Gean Oliveira é conhecido por sua habilidade de liderança e disposição para enfrentar desafios inovadores.

Desafios e oportunidades

Gerir uma estação de rádio nos dias atuais implica em enfrentar uma série de desafios complexos, desde a competição com plataformas digitais até a conformidade com regulamentações governamentais. Gean está com grandes expectativas e se considera preparado para essa tarefa, reconhecendo a necessidade de a rádio evoluir, adotar tecnologias modernas e manter sua relevância para um público cada vez mais diversificado.

Ao assumir a liderança da 96FM, Gean expressa sua alegria e confiança, vendo essa oportunidade não apenas como um desafio, mas como uma chance única de administrar uma emissora que tem um significado pessoal em sua história. Com base em décadas de experiência, conhecimento tecnológico e estratégias de gestão sólidas, além de uma orientação constante pela palavra de Deus.

Prepare-se para a estreia da nova programação da Rádio 96 FM a partir de 4 de março, um projeto emocionante que oferecerá uma variedade de conteúdos, desde informações locais até notícias nacionais. Não perca este capítulo empolgante de uma história que promete surpreender!